

De Morro Alto a Barão de Cocais: um estudo sobre mudança toponímica
From Morro Alto to Barão de Cocais: a study about toponimic change

Marianna de Franco Gomes¹
Jeander Cristian da Silva²

Resumo

O estudo toponímico integra o patrimônio imaterial da sociedade à medida que permite resgatar informações históricas e culturais sobre o povo que habitou determinado lugar. Essa perspectiva justifica o interesse para realizar este trabalho, cuja proposta é o resgate das denominações e motivações para o atual município mineiro *Barão de Cocais*, o que inclui, portanto, a análise da denominação histórica, *Morro Grande*, e da atual. A relevância deste trabalho está no fato de que a análise da mudança toponímica aponta uma total substituição do nome (*Morro Grande* > *Barão de Cocais*). Utilizando Dick (1990 a, b) como respaldo teórico e metodológico para analisar os topônimos, discutiremos sobre o fator motivacional no ato denominativo e a relação entre os nomes e o ambiente nomeado. Dessa forma, a análise realizada possibilitou evidenciar informações que servem como fonte de conhecimento histórico e cultural para a sociedade mineira, uma vez que o topônimo histórico revela uma vinculação ao ambiente nomeado e o topônimo atual homenageia uma das figuras mais ilustres da comunidade local.

Palavras-chave: Toponímia mineira. Barão de Cocais. Morro Grande.

Abstract

The toponimic study integrates the immaterial patrimony of the society as long as it allows to save cultural and historical information about people that lived in a certain place. That perspective justified the interest to make this paper, whose proposal is to save the denominations and motivations to the actual municipality of Barão de Cocais in Minas Gerais, which includes, therefore, the analysis of the historical denomination Morro Grand and the actual denomination. The relevance of this paper is in the fact that the analysis of the toponimic change indicates a total replacement of the name (*Morro Grande* > *Barão de Cocais*). Drawing on Dick (1990 a, b) as a theoretical and methodological backing to analyze toponyms, we discuss about the motivational factor in the denominative act and the relation between names and the named environment. As a result, the conducted analysis allowed to show information that serve as a source of historical and cultural knowledge to the society of Minas Gerais, once the historical toponymy reveals a link to the named environment and the actual toponymy honors one of the most distinguished personalities of the local community.

¹ Doutoranda em Estudos Linguísticos pela Fale/UFMG. E-mail: marianna.de.franco@hotmail.com. Tel: 31 995160088.

² Mestrando em Estudos Linguísticos pela Fale/UFMG. Bolsista CNPQ. E-mail: jeandercristian@gmail.com. Tel: 31 99915-0113

Key-words: Toponym of Minas Gerais. Barão de Cocais. Morro Grande.

Introdução

Por meio do estudo lexical é possível identificar as características sociais e culturais de uma sociedade, conforme aponta Seabra (2004, p.34): “Como portadoras de significado, as unidades lexicais refletem os diferentes momentos da história de uma sociedade, enquanto recortam o universo em categorias que variam exprimindo visões particulares de mundo”. Desse modo, o léxico se torna o reflexo de quem o utiliza, carregando a história de um povo. Este trabalho está inserido nos estudos lexicais e abrange essa perspectiva de resgate histórico e cultural por meio do léxico, uma vez que utiliza topônimos como objetos de estudo.

Propomos, por meio deste trabalho, analisar a Toponímia referente ao atual município mineiro que figura *Barão de Cocais*, em particular, a denominação histórica *Morro Grande* e a atual *Barão de Cocais*. Partindo da Onomástica, utilizando Dick (1990 a, b) como respaldo teórico para lidar com a análise toponímica, pretendemos, pois, investigar tais nomeações considerando a relação entre o nome e o lugar nomeado, assim como o contexto histórico inserido.

O procedimento teórico e metodológico proposto por Dick (1990 a, b) permite classificar os topônimos em taxonomias de acordo com os principais fatores motivacionais considerados no ato denominativo. Desse modo, neste trabalho em particular, utilizamos, pois, a taxa dos geomorfotopônimos para classificar e analisar o topônimo histórico *Morro Grande* e a taxa dos axiotopônimos para classificar o topônimo atual *Barão de Cocais*.

Para a atual denominação do município, *Barão de Cocais*, partimos da descrição biográfica, baseada nas informações do projeto de Lei Municipal nº 1677 de 12 de maio de 2014. Este projeto oficializa a monografia de Souza (2013) *Espada e Ouro no Império Brasileiro: Uma revisão biográfica do Barão de Cocais (1792-1869)*, não disponível online, como fonte biográfica para se estudar a vida de Barão de Cocais. Por meio da descrição biográfica apresentada, acredita-se que seja possível o resgate da significação toponímica da denominação atual.

A realização deste trabalho se justifica pela produtividade dos estudos dos nomes de lugares, visto que a Toponímia possibilita amplo alcance, como explicita a toponimista Dick:

O conceito tradicional de Toponímia envolve o significado etimológico do próprio vocábulo (do gr. *Topos*, “lugar” e *onoma*, “nome”), qual seja, o estudo dos nomes de lugares ou dos designativos geográficos, em sua bipartimentação física (rios, córregos, morros, etc.) e humana, antrópica, ou cultural (aldeias, povoados, cidades, etc.). Entretanto, uma análise mais profunda de seus objetivos, enquanto disciplina científica, confere outra dimensão a esse entendimento. Refletindo, de perto, a vivência do homem, como entidade individual, ou como membro de um grupo, a Toponímia ganha um alcance maior, na medida em que se delinea a sua função conservadora das tradições de um povo ou de registro de suas características mais evidentes (DICK, 1990b, p.119).

Considerando a capacidade de registrar as características mais evidentes de um povo, conforme apresentado por Dick (1990b, p. 119), o processo denominativo referente ao atual município mineiro *Barão de Cocais* mostra-se relevante para a realização da análise toponímica por corresponder à mudança na nomeação, devido a substituição total do nome (*Morro Grande* > *Barão de Cocais*).

Explicitados os objetivos deste estudo, apresentamos, no primeiro tópico, intitulado “Estudos lexicais: a Toponímia”, os pressupostos teóricos que respaldam a análise realizada neste artigo, conforme já evidenciado, de acordo com o viés dos estudos toponímicos. O segundo tópico compreende a análise do topônimo histórico *Morro Grande*, seguido do tópico em que o topônimo atual *Barão de Cocais* é analisado. Ao final, são apresentadas as considerações finais que retomam brevemente a análise toponímica realizada e, inclusive, descrevem o cenário que caracteriza o processo denominativo do atual município mineiro *Barão de Cocais*.

1. Estudos lexicais: a Toponímia

O léxico de uma língua é totalmente dinâmico, visto que os falantes o renovam de acordo com as suas necessidades. Dentro dessa perspectiva, novas unidades lexicais estão sempre surgindo na língua; outras, ao contrário, parecem desaparecer devido ao desuso. Afirma-se, portanto, que o léxico é um sistema aberto, sendo impossível limitá-lo, como apresenta Biderman (2001):

O léxico de qualquer língua constitui um vasto universo de limites imprecisos e indefinidos. Abrange todo o universo conceptual dessa língua. Qualquer sistema léxico é a somatória de toda experiência acumulada de uma sociedade e do acervo da sua cultura através das idades (BIDERMAN, 2001, p.179).

Considerando os estudos lexicais, este trabalho se concentra em uma área da Onomástica responsável pelos estudos dos nomes próprios de lugares – a Toponímia. A

relevância dos estudos toponímicos é perceptível por meio do alcance das pesquisas, uma vez que o estudo não se limita, apenas, à análise linguística, ao permitir um trabalho interdisciplinar.

Observando os diferentes sistemas culturais, em que topônimos, ou nomes próprios de lugares, se inscrevem como instrumentos hábeis de pesquisa, verifica-se que o sentido desses denominativos é o ponto de partida para investigações que, se, antes, se definiam apenas como linguísticas, hoje se inscrevem, também, nos campos da geografia, da antropologia, da psicologia, enfim, da cultura em geral para, num aprofundamento procurar compreender a própria mentalidade do denominador, não só como elemento isolado, mas como projeção de seu grupo social (DICK, 1990b, p.6).

Enquanto as palavras comuns da língua dependem do uso frequente e regular para a sua manutenção, na toponímia isso não acontece, pois, uma vez incrustado em um sistema toponomástico “o topônimo perpetua-se e projeta-se no tempo, adquirindo autonomia e, conseqüentemente, não mais ficando à mercê do uso da unidade lexical que lhe deu origem na língua”. (ISQUERDO, 2012, p.117)

Ao se perpetuar no tempo, cristalizando-se, o topônimo se torna o registro de um povo, ainda que as características desse registro não correspondam mais à realidade vivenciada pela comunidade atual e o verdadeiro significado desse nome seja, em alguns casos, esquecido, devido à distância cronológica do ato da nomeação. Por meio dos estudos toponímicos, portanto, é possível realizar esse resgate histórico e cultural, ao acessar o significado do nome tornando-o fonte de conhecimento para a sociedade. Desse modo, o topônimo assume o caráter de “testemunho histórico” por gerações:

Se a Toponímia situa-se como a crônica de um povo, gravando o presente para o conhecimento das gerações futuras, o topônimo é o instrumento dessa projeção temporal. Chega, muitas vezes, a se espalhar além de seu foco originário, dilatando, conseqüentemente, as fronteiras políticas, e criando raízes em sítios distantes. Torna-se, pois, a reminiscência de um passado talvez esquecido, não fora a sua presença dinâmica (DICK, 1990a, p.22).

Embora alguns topônimos possam sobreviver cristalizados por gerações, outros podem sofrer variações no decorrer do tempo, ou, ainda, serem substituídos, de modo parcial ou total. Nesse último caso, resgatar o topônimo histórico de determinado lugar possibilita acessar informações que correspondem à memória cultural de uma sociedade.

Tendo em vista esse papel que o topônimo assume como registro de um povo, de uma época, de uma cultura ou ambiente, torna-se evidente o vínculo firmado entre o nome e o local nomeado, como salienta Sapir (1961, p.49): “o estudo cuidadoso de um dado léxico conduz a inferências sobre o ambiente físico e social daqueles que o empregam”.

Seguindo esse viés, discorre Dick sobre a relação entre o topônimo e o ambiente nomeado: “Sua carga significativa guarda estreita ligação com o solo, o clima, a vegetação abundante ou pobre e as próprias feições culturais de uma região em suas diversas manifestações de vida”. (DICK, 1990b, p.47).

Diante desse cenário, compreende-se a existência de um fator que serve como motivação para que ocorra o ato denominativo, seja de natureza física ou social. Estudar um topônimo é, pois, ir além do nome, buscando compreendê-lo adequadamente para acessar a realidade que o motivou. Por isso, o trabalho de um toponimista exige bastante cuidado, principalmente ao lidar com topônimos históricos, já que a distância cronológica desde o ato denominativo pode dificultar o acesso ao significado toponímico, assim como a realidade por ele apontada. O topônimo oferece pistas que conduzem o caminho do pesquisador, porém, a dificuldade encontrada dependerá da natureza de cada nome, uma vez que alguns apresentam fácil compreensão e outros exigem longo tempo de pesquisa.

A toponimista Maria Vicentina de Paula do Amaral Dick (1990b, p.31-34) desenvolveu um procedimento teórico e metodológico que permite classificar os topônimos em 27 taxonomias de acordo com os principais fatores motivacionais, tanto de natureza física, quanto de natureza antropocultural. Utilizando o procedimento proposto por Dick, neste trabalho iremos analisar topônimos que correspondem a taxa dos geomorfotopônimos (*Morro Grande*), isto é, “topônimos motivados por aspectos da topografia associada às formas do relevo”, e a taxa dos axiotopônimos (*Barão de Cocais*), quer dizer, “topônimos relacionados aos títulos e dignidades de que se fazem acompanhar os nomes próprios individuais”.

Explicitaremos, a seguir, a análise dos nossos objetos de estudo partindo do nome histórico, *Morro Grande*.

2. A denominação histórica: *Morro Grande*

Primeiramente, é pertinente esclarecer que mudanças toponímicas, em relação à denominação do município mineiro, ocorreram até a configuração da atual *Barão de Cocais*. Como informa Barbosa (1995, p.41-42), a denominação primitiva da localidade era *São João Batista do Morro Grande*:

Nos princípios do século XVIII, alguns sertanistas se deslocaram pelo sertão a dentro, na ânsia de encontrar novas minas e, no local a que chamaram Macacos,

acharam boa pinta. Aí edificaram suas casas e fizeram suas roças. Uma capela foi logo construída, sob invocação de S. João Batista. O local ficava no sopé de um morro muito grande, extenso, assim, o arraial passou a ser designado como São João Batista do Morro Grande (BARBOSA, 1995, p. 41 - 42).

A presença dos hagiotopônimos – topônimos motivados por nomes de santos e santas do hagiológico romano – como a denominação *São João Batista do Morro Grande* é coerente ao contexto histórico da época, visto que as capelas construídas recebiam as bênçãos de um santo de devoção, seguindo a religiosidade românica, como apresentam Romeiro e Botelho:

Para a construção da capela, visitada regularmente por um padre, a diocese exigia a doação ao santo de devoção de um patrimônio em terras nas quais, aos poucos, poderia surgir um povoado, para o qual era então nomeado um cura (capelão) residente (ROMEIRO, BOTELHO, 2004, p.230).

Segundo Barbosa (1995, p.41-42), a denominação *São João Batista do Morro Grande*, aos poucos, passou a *São João do Morro Grande*; e foi reduzida a *Morro Grande*, pelo decreto-lei nº 148, de 17 de dezembro de 1938, quando ainda era distrito de Santa Bárbara. Porém, o topônimo *Morro Grande* já constava registrado em mapas de Minas Gerais produzidos no período Colonial, como revela o mapa da Capitania de Minas Gerais, produzido por José Joaquim da Rocha em 1777, cujo recorte é ilustrado, a seguir:

Figura 1 – Morro Grande: recorte do mapa da Capitania de Minas Gerais, Rocha (1777).



Fonte: Santos, Faria, Costa (2017)

Por meio das informações apresentadas por Barbosa, torna-se evidente que o topônimo *Morro Grande* estava vinculado ao ambiente nomeado, conforme explicitamos

no trecho citado: “O local ficava no sopé de um morro muito grande, extenso, assim, o arraial passou a ser designado como São João Batista do Morro Grande”. (BARBOSA 1995, p. 41 – 42). Essa evidência reforça a presença de um fator motivacional no ato denominativo do lugar. No caso desse topônimo, em particular, evidencia a presença de um morro que, certamente, destacava-se na paisagem devido a sua dimensão e poderia auxiliar como ponto de referência, ou simplesmente apreciação à paisagem. Tal análise foi discorrida no trabalho de Dissertação intitulado “Geomorfotopônimos Históricos” (GOMES, 2019), defendido na Faculdade de Letras da Universidade Federal de Minas Gerais. A pesquisa objetivou estudar geomorfotopônimos coletados em mapas produzidos no período Colonial e Joanino de Minas Gerais e apontou, entre os resultados verificados, a produtividade de geomorfotopônimos formados pelo termo *Morro* e *Morrinhos*, revelando-se verossímil ao contexto em que os mapas usados no trabalho foram produzidos:

Tratava-se de um período de povoação do território que hoje figura como “Minas Gerais”. Por ser uma região que estava em processo de ocupação, uma vez que o “sertão” apresentava ainda terras pouco exploradas, alguns traços do relevo, assim como os rios, serviam como orientação aos sertanistas, aos bandeirantes e, antes deles, aos índios. Os morros eram, muitas vezes, importantes referências nas rotas e caminhos que abriam. Conforme apresentamos no campo intitulado “Informações enciclopédicas” da ficha do topônimo histórico “Morro do Xapeo”, apresenta Souza (2004, p.221) em relação ao topônimo citado: “[...] queria dizer morro de ver o caminho, isto é, de onde os bandeirantes, sertanistas ou índios, se orientavam em rumo de qualquer parte do sertão”. Essas considerações revelam a relação entre o topônimo e o ambiente nomeado, o que inclui, também, o contexto vivenciado na provável época da nomeação. Refletem, pois, a realidade de mundo vivenciada por um povo em determinada época (GOMES, 2019, p.170).

Os resultados encontrados por meio do trabalho de Dissertação citado foram coerentes, inclusive, com a afirmação de Dick (1990a, p.125), ao evidenciar a preferência pelos termos “Morros” e “Montes” em Minas Gerais.

Segundo Barbosa (1995, p. 41 – 42), a atual denominação *Barão de Cocais* foi estabelecida em 1943, por meio do decreto-lei nº 1058 (31/12/1943). Considerando a evolução toponímica analisada, é evidente uma substituição total na denominação (*Morro Grande* > *Barão de Cocais*) e, portanto, a passagem de um geomorfotopônimo para um axiotopônimo. A análise toponímica histórica aqui evidenciada, portanto, contempla o resgate cultural de uma sociedade, já que o topônimo revela características que pertencem à memória de um grupo:

[...] segundo o ordenamento jurídico brasileiro, as denominações tradicionais dos lugares, enquanto signos da identidade e da memória de nossa sociedade, podem ser compreendidas e classificadas como partes integrantes do patrimônio cultural imaterial e, portanto, passíveis de tutela pelo poder público, nos termos preconizados pelo art. 216, § 1º. da Constituição da República (MIRANDA, 2016)³.

Na seção seguinte, discorreremos melhor a respeito do topônimo presente na sincronia atual.

3. A denominação atual: *Barão de Cocais*

A descrição da atual denominação do município pede, em primeiro lugar, uma breve apresentação da biografia daquele que ficou conhecido como *Barão de Cocais*.

O nome refere-se a um título concedido à José Feliciano Pinto Coelho da Cunha, que foi um militar, nobre e político brasileiro, nascido na Fazenda da Cachoeira, Vila Colonial de Cocais em 1º de dezembro de 1792, filho do Coronel Antônio Caetano Pinto Coelho da Cunha e de Anna Cassemira Furtado Leite.

De acordo com a biografia descrita pela Lei Municipal nº 1677, de 12 de maio de 2014, José Feliciano ingressou aos 16 anos na carreira militar como Tenente do Exército Imperial, em Vila Rica, sendo, pois, integrante do mesmo Regimento de Cavalaria em que serviu o Alferes Joaquim José da Silva Xavier, mais conhecido como Tiradentes.

Observa-se que, ao longo da sua carreira militar, ele foi promovido a outras posições como: Sargento Mor Agregado (1818); Sargento Mor Efetivo (1822), quando participou do movimento que culminou na Independência do Brasil; Tenente Coronel Graduado (1824) e Tenente Coronel Efetivo (1827). Foi reformado do Exército Imperial em 1836, tendo servido por 28 anos.

Na carreira política, José Feliciano elegeu-se Deputado Geral do Império entre 1830 e 1838, foi nomeado Governador da Província de Minas (1835) e aclamado Governador Interino em 1842, aceitando ser Comandante-Chefe da Revolução Liberal de Minas. De acordo com Daróz (2014, p. 1), o Período Regencial brasileiro foi marcado por uma instabilidade política. Várias revoltas liberais eclodiram ao mesmo tempo em diversas províncias do Império, dentre elas a de Minas Gerais, em 1842, quando, na

³ MIRANDA, Marcos Paulo de Souza. Ambiente Jurídico: Patrimônios culturais, nomes de lugares também devem ser preservados. *Revista Consultor Jurídico*. 8 de outubro de 2016. Disponível em: <<https://www.conjur.com.br/2016-out-08/ambiente-juridico-patrimonios-culturais-nome-lugares-tambem-preservados>>. Acesso em: 18 mai. 2020.

cidade de Barbacena, o Governador Bernardo Jacinto da Veiga foi substituído por José Feliciano.

Entretanto, José Feliciano recusou-se a participar da batalha de pacificação liderada pelo Duque de Caxias em Santa Luzia e, por isso, teve seus direitos políticos cassados e seus bens confiscados por dois anos. Foi anistiado pelo Imperador Dom Pedro II em 1844, na comemoração do aniversário da Imperatriz Tereza Cristina, voltando à cena política brasileira como Deputado em 1848.

Nessa época, José Feliciano tornou-se empresário da Companhia de Mineração Brasileira da Serra de Cocais, herdada de sua família, em associação com os ingleses da *National Mining Company*, sediada em Cocais. De acordo com Silva (1999, p. 1 - 3), a mineração do ouro entrou em decadência na Capitania de Minas Gerais após a Independência do Brasil. A aposta dos ingleses na exploração das jazidas subterrâneas fez com que vinte mineradoras fossem instaladas dentro da Capitania. Tudo indica que a Companhia de Cocais já pertencia à família Coelho da Cunha, desde o início do século XIX, quando “Cocais era o Arraial mais próspero da região. Sua prosperidade advinha de suas lavras e do espírito empreendedor das famílias pioneiras que o colonizaram.” (SILVA, 1999, p. 7). Por estar em crise, a família decidiu se associar aos ingleses, constituindo uma companhia de mineração com a participação de capitais britânicos e brasileiros.

A lealdade de José Feliciano a Coroa, durante a Revolução de 1842, fez com que Dom Pedro II o titulassem Barão com Grandeza de Cocais em 14 de março de 1855.

Faleceu em 09 de julho de 1869, vítima de tuberculose: “Em 9 de julho de 1869, José Feliciano Pinto Coelho da Cunha, abatido pela tuberculose, faleceria em Cocais sem ter logrado êxito em fazer prevalecer seus direitos junto à companhia inglesa” (SILVA, 1999, p. 18).

No que concerne à atual denominação, as informações constantes no portal da prefeitura do município⁴ revelam que, no ano de 1942, uma comissão pró-emancipação foi formada por membros eleitos pelos próprios habitantes de Morro Grande. O distrito atendia às condições estipuladas no Decreto-Lei Federal nº 11/1938 e nos Decretos-Leis Estaduais de nº 88/1938 e 148/1938⁵ e esta comissão ficou encarregada de elaborar um

⁴ Barão de Cocais: História. *Prefeitura de Barão de Cocais*. Disponível em: <<https://www.baraodecocais.mg.gov.br/detalhe-da-materia/info/historia/6495>>. Acesso em: 10 jun. 2020.

⁵ MINAS GERAIS. Decreto n. 148 de 17 de dezembro de 1938. Disponível em: <<https://www.almg.gov.br/consulte/legislacao/completa/completa-nova-min.html?tipo=DEL&num=148&ano=1938>>. Acesso em: 20 mai. 2020. (O decreto-lei nº 148, de 17 de

histórico da localidade, desde a sua fundação, para ser enviado ao então Governador Benedito Valadares.

Como o novo Município não poderia se chamar São João, por ser este um nome já utilizado, foi escolhido, entre os nomes indicados, o do personagem mais ilustre da região – Barão de Cocais. O decreto-lei Estadual N.º1058 de 31 de dezembro de 1943, cria o Município de ‘BARÃO DE COCAIS’[sic] (Prefeitura de Barão de Cocais).

A cidade é hoje conhecida nacionalmente como Portal do Caraça e abriga vários pontos turísticos, sendo mais conhecido o Sítio Arqueológico da Pedra Pintada, além de cachoeiras e igrejas. Cocais continua sendo distrito de Barão de Cocais e não se descarta o fato de que a configuração territorial atual seja diferente da pretérita.

Por fim, cabe dizer que, na sincronia atual, além do nome Barão de Cocais, identificar um lugar, remete a uma pessoa, ainda que o caráter opaco do título não elucide o nome civil de seu portador. A relevância dos estudos toponímicos é evidenciada, pois, excetuando-se a biografia apresentada, nada saberíamos a respeito do nome civil e dos feitos históricos desse indivíduo, fatos que permitem o resgate da significação toponímica.

Considerações finais

Por meio dos estudos toponímicos é possível identificar características do lugar nomeado, o que inclui aspectos do ambiente físico, assim como sociais e culturais, relacionados ao povo que habita ou habitava tal região.

Tratando-se de um topônimo histórico, a identificação de tais características torna-se um resgate de grande valor histórico e cultural para a sociedade. Tendo em vista a análise toponímica realizada por meio deste trabalho, é notável o reconhecimento do resgate histórico referente à *Morro Grande*. A antiga denominação do atual município *Barão Cocais* integra o patrimônio histórico e cultural de Minas Gerais, uma vez que o significado do nome remete à história mineira e, desse modo, atua como fonte de conhecimento para a sociedade.

dezembro de 1938, dispõe sobre as circunscrições municipais e inter-distritais relativas aos municípios mineiros, à pedido do decreto-lei nº 522, de 28 de junho do mesmo ano, emitido pelo Governo Federal que sugeria normas para a fixação de um novo quadro territorial para cada estado).

Os morros e montes de Minas Gerais formam paisagens apreciadas e reveladas, inclusive, por meio da Toponímia. É possível afirmar, pois, que *Morro Grande* integra esse cenário, além de evidenciar a importância dos aspectos físicos em uma paisagem, como ponto de referência, principalmente, no período colonial. Tais considerações reforçam o valor dos estudos toponímicos, já que permitem acessar a realidade manifestada por meio do nome.

A denominação atual *Barão de Cocais*, por outro lado, homenageia uma das figuras mais ilustres da história da região, José Feliciano Pinto Coelho da Cunha, militar, nobre e político brasileiro, nascido na antiga Vila Colonial de Cocais. As fontes de pesquisa indicam que o título dado a esse sujeito se justifica pela lealdade deste com Dom Pedro II.

Desse modo, buscamos descrever, por meio deste trabalho, o processo de mudança toponímica *Morro Grande* > *Barão de Cocais* considerando os fatores motivacionais que atuaram nesse processo denominativo. Ainda que este estudo não se encerre aqui, uma vez que os estudos toponímicos se complementam à medida que são desenvolvidos, este trabalho é uma contribuição para o léxico toponímico mineiro e, portanto, ao patrimônio imaterial de Minas Gerais, já que apresenta informações que correspondem à história e cultura mineira. Reafirmamos, pois, a importância dos estudos toponímicos por permitirem tal contribuição.

Referências

BARBOSA, Waldemar de Almeida. **Dicionário Histórico-Geográfico de Minas Gerais**. Belo Horizonte: Editora Itatiaia LTDA, 1995.

BARÃO DE COCAIS, Decreto-Lei nº 1677 de 12 de maio de 2014. Torna oficial a Biografia do Barão de Cocais realizada por Robson César de Souza, Espada e Ouro no Império Brasileiro: Uma revisão biográfica do Barão de Cocais, 1792-1869, trabalho monográfico aprovado na banca de professores da UFOP em 2013 e apresentada na Câmara Municipal de Barão de Cocais em 27 de março de 2014, nos termos do artigo 2º desta Lei (que descreve a biografia de Barão de Cocais). Disponível em:<<https://leismunicipais.com.br/a/mg/b/barao-de-cocais/lei-ordinaria/2014/168/1677/lei-organica-barao-de-cocais-mg>>. Acesso em: 10 jun. 2020.

Barão de Cocais: História. **Prefeitura de Barão de Cocais**. Disponível em <<https://www.baraodecocais.mg.gov.br/detalhe-da-materia/info/historia/6495>>. Acesso em: 10 jun. 2020.

BIDERMAN, Maria Tereza Camargo. **Teoria lingüística:** teoria lexical e lingüística computacional. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

DARÓZ, Coronel Carlos Roberto Carvalho. As revoltas liberais de 1842: o Império consolidado. **Revista Militar**, n. 2549/2550, Jun./Jul. 2014 (data da publicação). Disponível em: <<https://www.revistamilitar.pt/artigo/931>>. Acesso em: 20 jul. 2020

DICK, Maria Vicentina de Paula do Amaral. **A Motivação Toponímica e a Realidade Brasileira.** São Paulo: Governo do Estado de São Paulo. Edições Arquivo do Estado, 1990a.

DICK, Maria Vicentina de Paula do Amaral. **Toponímia e Antroponímia no Brasil.** Coletânea de Estudos. 2. ed. São Paulo: FFLCH/ USP, 1990b.

GOMES, Marianna de Franco. **Geomorfotopônimos Históricos.** 2019. 222 f. Dissertação (Mestrado, Linguística Teórica e Descritiva) – Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2019. Disponível em: <<http://www.poslin.letras.ufmg.br/defesas/1993M.pdf>> Acesso em: 21 mai. 2020.

ISQUERDO, Aparecida Negri. Léxico regional e léxico toponímico: interfaces linguísticas, históricas e culturais. In: ISQUERDO. A. N; SEABRA. M. C. T. C. de. (Org.). **As ciências do léxico:** lexicologia, lexicografia, terminologia. v. VI. Campo Grande, MS: Ed. UFMS, 2012. p. 115-139.

MIRANDA, Marcos Paulo de Souza. Ambiente Jurídico: Patrimônios culturais, nomes de lugares também devem ser preservados. **Revista Consultor Jurídico.** 8 de outubro de 2016. Disponível em: <<https://www.conjur.com.br/2016-out-08/ambiente-juridico-patrimonios-culturais-nome-lugares-tambem-preservados>> Acesso em: 18 mai. 2020.

MINAS GERAIS. **Decreto n. 148** de 17 de dezembro de 1938. Disponível em: <<https://www.almg.gov.br/consulte/legislacao/completa/completa-nova-min.html?tipo=DEL&num=148&ano=1938>> Acesso em: 21 mai. 2020.

Monografia apresentada por militar resulta em Lei Municipal em Barão de Cocais. **Prefeitura de Barão de Cocais.** Publicado em 04/06/2014 14:31 - Atualizado em 04/06/2014 17:02. Disponível em: <<https://www.baraodecocais.mg.gov.br/detalhe-da-materia/info/monografia-apresentada-por-militar-resulta-em-lei-municipal/6843>> Acesso em: 07 jun. 2020.

ROMEIRO, Adriana; BOTELHO, Angela Vianna. **Dicionário Histórico das Minas Gerais:** Período Colonial. 2 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

SANTOS, M. M. D. dos.; FARIA, M. D. de.; COSTA, A. G. Fonte de dados, mapas. In: SANTOS, M. M. D. dos; SEABRA, M. C. T. C. de; COSTA, A. G. (Org.). **Repositório de Dados:** Toponímia Histórica de Minas Gerais, do Setecentos ao Oitocentos Joanino – Registros em Mapas da Capitania e das Comarcas. Belo Horizonte, MG: Museu de História Natural e Jardim Botânico (MHNJB/UFMG); Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais (IHG/MG), 2017. Disponível em: <<http://repositoriotoponimia.com.br/mapas>> Acesso em: 22 mai. 2020.

SAPIR, Edward. **Linguística como ciência** – Ensaios. Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica, 1961.

SEABRA, Maria Cândida Trindade Costa de. **A formação e a fixação da Língua Portuguesa em Minas Gerais: a Toponímia da Região do Carmo**. 2004. 368 f. Tese (Doutorado, Linguística) – Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2004. 2 v.

SILVA, F. C. **A companhia inglesa de Cocais e a mineração de ouro no Brasil do século XIX**. In: III Congresso Brasileiro de História Econômica e IV Conferência Internacional de História de Empresas, 1999, Curitiba. Disponível em: < <http://www.abphe.org.br/arquivos/fabio-carlos-da-silva.pdf> >. Acesso em: 10 jun. 2020.